

Ano IV, Num 01
Edição Janeiro – Junho 2013
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

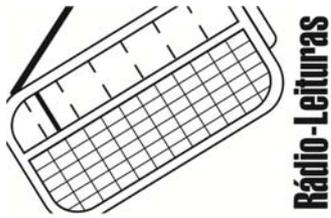
Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá¹

Resumo

Intitulada “Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940”, o artigo pretende relatar o período em que as duas emissoras mais importantes, Rádio Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) e Emissora Nacional (Portugal) estavam consolidadas com suas programações, e, ao mesmo tempo, sob o controle dos governos ditatoriais, respectivamente, de Getúlio Vargas (1930-1945) e António de Oliveira Salazar (1932-1968). Para compreender melhor a utilização política do rádio que, nesta época, estava no seu auge e é considerado um dos veículos de comunicação

¹ Doutoranda em Comunicação Social (PUC-RS) desde 2011, mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Jornalista por formação, está em estágio de doutorado em Portugal, com bolsa sanduíche da Capes, desde março de 2013 a fevereiro de 2014, na Universidade de Coimbra, com o processo: BEX 18589/12-0. Trabalhou como gerente da Unidade de Radiodifusão - Rádio Joinville Cultural FM (105.1 - Educativa) no período de junho de 2012 a janeiro de 2013. E de outubro de 2011 a maio de 2012, foi cedida à Fundação Cultural de Joinville para colocar no ar a Rádio Joinville Cultural FM. Antes, na administração municipal como comissionada, também trabalhou como assessora de comunicação da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Ippuj), de agosto de 2010 a outubro de 2011. Foi professora das disciplinas teórica e prática de rádio do curso de jornalismo da Associação Educacional Luterana Bom Jesus/ Ielusc (Joinville/SC) e orientou projetos experimentais de rádio (2003 a 2010), no curso de Marketing da Faculdade Anhanguera de Joinville (agosto de 2010 a outubro de 2011). Integra o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Tem experiência na área de comunicação, com ênfase em rádio. Sua pesquisa para a tese é um estudo comparado entre o Brasil e Portugal intitulado, provisoriamente, como “Uso político do rádio pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (Brasil) e António Salazar (Portugal) no período de 1930 a 1945”.
E-mail: izani@brturbo.com.br



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

mais importante, será necessário descrever como surgiram as duas emissoras e como era a sua programação, dentro, principalmente, do seu contexto político e social.

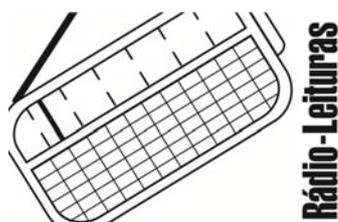
Palavras-chave: Rádio; Getúlio Vargas; António de Oliveira Salazar; Rádio Nacional do Rio de Janeiro; Emissora Nacional

1. As primeiras emissões no Brasil

No Brasil, a primeira experiência oficial com a transmissão de sons, aconteceu na então capital do país, o Rio de Janeiro, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922. O evento reuniu indústrias que, nos seus estandes, apresentaram os últimos equipamentos criados para a humanidade, entre eles, os transmissores e receptores de som dos Estados Unidos *Westinghouse International Company* e *Western Electric Company*. As duas realizaram uma demonstração pública, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro. De acordo com Ferraretto, “o público presente à inauguração do evento escutou as transmissões por meio de alto-falantes” (FERRARETTO, 2001, p. 94), quando “foram transmitidos discursos do presidente da República, Epitácio Pessoa, além de trechos de O Guarani, de Carlos Gomes, apresentado no Teatro Municipal, que chegaram a ser ouvidos mesmo em outros estados, como registrou a imprensa da época” (FERRARETTO, 2001, p. 94). Saroldi e Moreira (2005, p. 16) contam que

a saudação sonora do presidente Epitácio Pessoa foi irradiada através da estação de 500 watts montada no alto do Corcovado pela companhia norte-americana *Westinghouse*, captada por alto-falantes instalados em pontos estratégicos da exposição e pelos aparelhos de rádio distribuídos pelo governo em São Paulo, Petrópolis e Niterói.

Em menos de um ano, em 20 de abril de 1923, na sede da Academia Brasileira de Ciências, o educador e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o astrônomo Henrique Morize, que estavam presentes na demonstração das primeiras transmissões oficiais

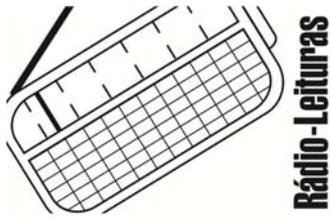


do Brasil e que haviam ficado entusiasmados com o que presenciaram, fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o prefixo PRA-A. Roquette-Pinto descreveu o que viu no dia 7 de setembro de 1922:

É que durante a Exposição do centenário da Independência, em 1922, muito pouca gente se interessou pelas demonstrações experimentais de radiotelegrafia então realizadas pelas companhias norte-americanas *Westinghouse*, na estação do Corcovado, e *Western Electric*, na Praia Vermelha. Muito pouca gente se interessou. Creio que a causa desse desinteresse foram os alto-falantes instalados na exposição. Ouvindo discurso e música reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo distorcido, arranhando os ouvidos, era uma curiosidade sem maiores conseqüências (FERRARETTO, 2001, p. 94).

Roquette-Pinto e Morize ficaram impressionados e, com o apoio de amigos, foram até o governo pedir emprestado os equipamentos que transmitiam sons. E assim eles dão início a primeira “emissora regular” (FERRARETTO, 2001, p. 95), a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de uma forma amadorística. Alguns pesquisadores definem esta fase como artesanal. A emissora foi fundada dentro da Academia Brasileira de Ciências e os transmissores estavam instalados no anfiteatro de Física da Escola Politécnica, no largo de São Francisco. No início não havia uma programação específica e as transmissões eram esporádicas. Por meio do trabalho dos dois idealistas e pioneiros, a primeira rádio no país ganhou o slogan “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”. Para Roquette-Pinto,

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado (FERRARETTO, 2001, p. 97).



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

Roquette-Pinto fazia questão de apresentar notícias e comentários no “Jornal da Manhã”, considerado o primeiro programa radiojornalístico do Brasil. Nestas irradiações, havia ainda palestras e audições musicais.

Quando o rádio começou a ser instalado no Brasil, apenas 20% da população estavam na cidade. Somente na década de 1940 esse índice subiu para 31,2%. Caparelli (1982, p. 79) diz que “mais de 70% dos brasileiros viviam marginalizados do rádio pela deficiência de eletrificação rural”. O objetivo de Roquette-Pinto e Morize era realmente fazer do novo veículo de comunicação um jornal para aqueles que não sabiam ler. Mas, as condições sociais daquele período não eram totalmente favoráveis.

Ferraretto observa que somente a partir de outubro de 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro dá início a uma programação mais definida, tendo “programas com notícias de interesse geral, conferências literárias, artísticas e científicas, números infantis, poesia, música vocal e instrumental” (FERRARETTO, 2001, p. 96). Logo em seguida começou a operar oficialmente a Rádio Clube de Pernambuco e, a partir desse ano, a radiodifusão se espalhou pelo Brasil. Amigos, fascinados com o novo veículo de comunicação, organizavam-se em sociedades ou clubes para comprar equipamentos e iniciar as transmissões de som, geralmente utilizando alto-falantes. Entre 1922 e 1932, o período foi considerado pioneiro, principalmente porque as rádios eram mantidas com contribuição mensal de sócios, ouvintes e admiradores do novo meio. No início de 1930 existiam no Brasil 29 emissoras, funcionando com uma programação que tinha música, ópera e textos instrutivos.

Ainda em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, a radiodifusão era incipiente porque a maioria era formada em sistemas de rádio-clubes ou rádio-sociedades. A veiculação de publicidade só foi autorizada em 1932, com o decreto-lei 21.111, considerado um dos fatores que contribuiu para a profissionalização no rádio. Segundo Haussen (1997, p. 14), foi neste período que o Brasil “adotava o modelo norte-americano de radiodifusão e passava a distribuir concessões de canais particulares, o que auxiliaria a incrementar a exploração comercial do veículo”. Porém, um ano antes, em 1931, o decreto 20.047 – que havia

substituído o decreto anterior sobre radiodifusão, de 1924, determinava que a “radiodifusão era de interesse nacional com fins educativos” (HAUSSEN, 1997, p. 14).

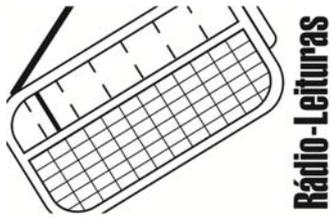
A segunda emissora a entrar no ar foi a Rádio Club do Brasil (PRA-3), em 1924, liderada pelo engenheiro Elba Dias. Outra emissora que surgiu na capital foi a Rádio Educadora do Brasil, em 1925. A quinta rádio instalada no Rio de Janeiro foi a Rádio Phillips (PRA-X), que começou a operar em 1930 e atendia aos interesses da fabricante holandesa de discos, receptores e transmissores radiofônicos porque pretendia entrar no mercado sul-americano, assim como a RCA Victor que fundou a Rádio Transmissora Brasileira, em 1936.

Em São Paulo, a primeira emissora idealizada como uma empresa que desse lucro foi a Rádio Record, fundada em 11 de junho de 1931. Identificada pelo prefixo PRB-9, foi nesta emissora que surgiu o radialista César Ladeira, como a voz da Revolução Constitucionalista². De acordo com Ortriwano (1985, p. 17),

A Record adotou um novo modelo de programação organizado por César Ladeira, introduzindo o *cast* profissional e exclusivo, com remuneração mensal. A partir daí, começa a corrida e as grandes emissoras contratam a “peso de ouro” astros populares e orquestras filarmônicas. E mesmo as emissoras de pequeno porte procuram também ter o seu pessoal fixo.

A mudança desencadeou um espírito de concorrência entre as rádios, não apenas entre aquelas estabelecidas na mesma cidade, mas em estados diferentes, que passaram a copiar a programação da Record.

² É resultado da insatisfação dos paulistas com o governo provisório e autoritário de Vargas. Como Vargas não atendeu as reivindicações, em 9 de julho de 1932 os paulistas fizeram uma grande campanha, pelos jornais e rádios, a fim de mobilizar a população. No entanto, os constitucionalistas foram derrotados em 28 de setembro de 1932. Aproximadamente três mil brasileiros morreram em combate e cinco mil ficaram feridos.



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

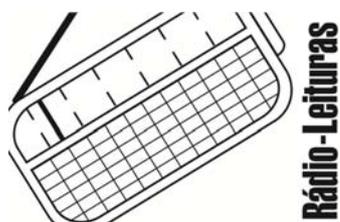
2. As primeiras emissões em Portugal

As primeiras experiências voltadas à emissão da voz em Portugal, como define Santos³, foram registradas no início do século 20 por vários amadores, como José Celestino Costa, que era aluno da Escola Politécnica de Lisboa. No entanto, seus equipamentos foram apreendidos. “É que, naquela época, não era permitido o uso de aparelhagem de rádio” (MAIA, 1995, p. 36). Depois, em 1914, foi a vez de Fernando Gardelho Medeiros realizar experiências e ter conseguido fazer a primeira transmissão de música por meio da radiotelegrafia. Abandonou o projeto por uns seis anos e então apresentou a Rádio Hertz que mais tarde passou a se chamar Rádio Continental. Segundo Maia (1995, p. 36), foi um período de “contínuas descobertas, da maravilha da novidade, de uma nova forma de comunicação feita por amadores”.

Muitas rádios surgiram, entre elas, Rádio Guia; Rádio do Parque; Rádio Lisboa, de Eduardo Dias; Rádio Motorola; Rádio Santa Marta; e Rádio Dyne. A Telegrafia Sem Fios (TSF), no entanto, estava em seu embrião entre 1914 e 1918, durante a 1ª Guerra Mundial. No ano de 1918, um jovem aluno do Instituto Superior Técnico, Santos Pinto, tinha alguns equipamentos que foram apreendidos. Maia relata que essas emissoras eram pequenos postos e funcionavam de forma amadora, tendo principalmente o empenho dos interessados pelo novo meio que construía sua aparelhagem. Mas, para que tivessem uma emissora, era necessário estar de acordo com regras estabelecidas pelos Correios e Telégrafos que “atribuíam um indicativo a cada posto, o qual tinha um denominador comum as letras CT (Correios e Telégrafos) e ainda o código específico da estação” (MAIA, 1995, p. 37).

Na década de 1920, as transmissões de música ao vivo foram realizadas pela Rádio Portugal (PIAA), dos irmãos António e Francisco Borges, que estava instalada no Porto. Santos recorda que em finais de 1923, vários amadores em Lisboa solicitaram

³ O doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Rogério Santos, concorda com a definição de Cécile Méadel, que as experiências de radiodifusão implicam na organização de horários regulares de emissão.

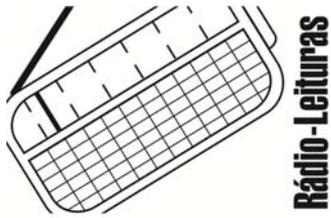


aos Correios uma legislação que garantisse a emissão de rádio, que era uma atividade proibida. Apesar disto, o amador Sousa Dias Melo emitiu um concerto, assim como outros que seguiram o seu exemplo, acrescenta Santos.

As primeiras experiências de rádio, com uma programação regular e com vários amadores, começaram, portanto, em 1924 e fica institucionalizado em 1925. “O primeiro concerto foi transmitido a 1 de março de 1925, com altifalantes espalhados por diversas ruas ou colocados nas janelas dos felizes proprietários de receptores de rádio” (MAIA, 1995, p. 37). No mesmo ano, em 3 de maio, a Rádio Lisboa, de Eduardo Dias, transmite “um concerto com artistas portugueses que constituíam o quarteto da estação: Abílio Meireles, Américo Santos, Filipe Lloriente e Luís Alagarim” (MAIA, 1995, p. 38). Nesta ocasião, mais uma vez, os Correios e Telégrafos desconfiam de que essas transmissões poderiam estar enviando informações falsas para os países do exterior sobre os últimos acontecimentos em Portugal e manda selar os pontos de rádio. Por causa disto, é criada a Sociedade Portuguesa de Amadores de TSF e os selos acabam sendo retirados.

As primeiras emissões regulares surgem em Lisboa, em 25 de outubro de 1925, com a estação chamada de CTIAA, de Abílio Nunes dos Santos Júnior. A emissora poderia ser ouvida em no máximo 40 quilômetros. Depois, a Rádio Colonial pode ser escutada até em diferentes pontos da Europa, África do Sul e América do Norte e do Sul.

Conforme Ribeiro (2005), foi somente na década de 1930 que Portugal teve o primeiro decreto sobre comunicações radioelétricas e criou o Conselho de Radioeletrectricidade na dependência da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos. Assim, todos os serviços de radiotelefonia, radiodifusão e radiotelevisão eram considerados monopólio do Estado. Ao contrário do que previa o documento, as primeiras rádios de Portugal foram privadas e não estatais. O primeiro documento legislativo criado para regular a atividade da telefonia sem fios foi o decreto nº 17.889, que “previa a possibilidade de o Governo conceder licenças privadas” (RIBEIRO, 2005,



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

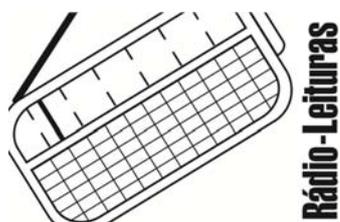
p. 38) para exploração de emissoras experimentais ou para estudos científicos. Em janeiro de 1930, um decreto autorizou o Ministério do Comércio e Comunicações a

abrir concurso público para a aquisição e instalação de duas estações emissoras e uma retransmissora. O Estado dava assim o primeiro passo para assumir algum protagonismo na área da radiodifusão, sector que até então havia sido explorado apenas por senfilistas particulares, apaixonados por esta nova forma de comunicação (RIBEIRO, 2005, p. 99).

Ainda na década de 1930, em pleno vigor do Estado Novo⁴, três emissoras foram estruturadas e se destacaram em Portugal. A primeira foi a Rádio Clube Português, cujas emissões iniciais ocorreram no início de 1928, por iniciativa do capitão Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Bastos. Ficou conhecida por RCP e as transmissões começaram com um pequeno emissor instalado na casa de Botelho. Os primeiros programas continham música e comentários sobre fatos nacionais e estrangeiros. O posto emissor começou a conquistar fiéis que passaram a chamar a emissora de Estação Oficial do Estado Livre da Parede e Galiza. Logo Botelho e Bastos construíram um emissor mais potente que permitiu as emissões para lugares mais distantes.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 100), “os primeiros tempos de vida da Rádio Clube da Costa do Sol ficaram marcados pelo aumento progressivo da potência do emissor e por uma adesão significativa de associados [...]”. Em novembro de 1931, eram 800 associados e como a rádio tinha ultrapassado o seu carácter meramente local, a emissora voltou a ser chamada de Rádio Clube Português e a preocupação dos proprietários era com o alcance do sinal da transmissão e não com o conteúdo. Em 4

⁴ Período compreendido entre a entrada em vigor, a 9 de Abril de 1933, da nova Constituição, fruto do processo político iniciado pela Ditadura Militar saída do movimento militar de 28 de Maio de 1926, e o outro golpe militar que , a 25 de Abril de 1974, derruba o regime vigente e põe termo ao longo ciclo autoritário e antiliberal em Portugal, de acordo com o **Dicionário de História do Estado Novo**.

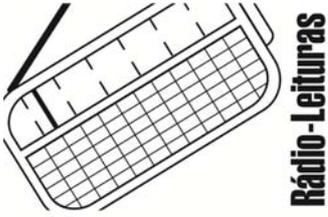


de janeiro de 1932, a rádio já possuía um emissor de 1 KW, tinha mais sócios, e Botelho solicitou à Direção-Geral dos Correios e Telégrafos um período maior de transmissões para funcionar nas terças e quintas, das 21 às 24 horas, e aos domingos, das 15 às 18 horas e das 21 às 24 horas.

Em 18 de fevereiro de 1934, a RCP inaugura o seu novo emissor de 5 KW e “na sessão solene presidida pelo Chefe de Estado, General Óscar Carmona, o presidente da direção do RCP, Capitão Jorge Botelho Moniz, afirmou tratar-se de uma obra de grande interesse para a pátria portuguesa, dando a entender que a emissora colocava-se a serviço da pátria” (2005, p. 100). E assim, complementa Ribeiro, a RCP passa a servir ao regime que nasceu do movimento militar de 28 de maio, no qual Botelho havia participado. “Apesar do seu incondicional apoio à construção do Estado Novo, a família Botelho Moniz nem sempre obteve o total apoio das entidades governamentais para o desenvolvimento do seu projeto radiofônico”, afirma Ribeiro (2005, p. 100).

A Emissora Nacional iniciou suas transmissões experimentais em 1933, com um emissor de 20 KW. No início a principal preocupação era com a qualidade técnica do sinal. Em 29 de junho, é adquirida uma retransmissora para o Porto e uma emissora de Onda Curta a fim de que o sinal chegasse a todos os portugueses de diferentes locais. É importante registrar que em junho de 1933, com a nova reformulação do decreto, a legislação previu a possibilidade do governo conceder, por meio de concurso público, a exploração da comunicação radiofônica por particulares. O decreto nº 22.783 permite a criação da Direção Geral dos Serviços Radioelétricos com a incumbência de organizar, dirigir e fiscalizar os serviços de radiocomunicações e assim é extinto o Conselho de Radioelectricidade que havia sido criado há três anos.

Como a RCP, a EN também passou por dificuldades financeiras, superadas com contenção de gastos, por exemplo, com a redução das apresentações das orquestras que foram substituídas por músicas gravadas. Conforme Ribeiro (2005, p. 121), “nos primeiros doze meses de emissão oficial, 58,3% da programação foi preenchida por música gravada, 24,8% por música executada ao vivo e 17% por espaços de palavra”.



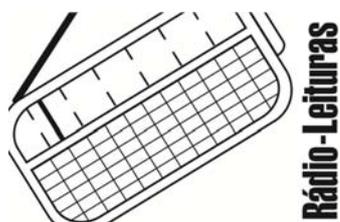
Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

A Rádio Renascença foi idealizada pelo padre Lopes da Cruz, também responsável pela redação da revista “Novidades”. Assim, apaixonou-se pelo rádio e começou a se dedicar à causa da comunicação social católica. No ano de 1931 lançou, junto com os padres Magalhães Costa e Raul Machado, o Anuário Católico Português. Naquele mesmo ano a autoridade eclesiástica decidiu criar a revista “Renascença” e convidou o padre Lopes da Cruz. A partir daí nasceu a ideia de criar uma emissora católica que levasse a voz aos portugueses. As escritas na revista tinham um único objetivo: “[...] tornar possível em Portugal a existência de uma emissora católica de radiotelefonía” (MIGUEL, 1992, p. 31). Nesta mesma época, outros sacerdotes publicaram artigos na revista “Renascença” defendendo a criação de uma rádio voltada para os portugueses católicos. Entre eles, Zuzarte de Mendonça que salientava que a emissora irradiaria música, literatura e abriria espaço para oradores e conferencistas. Ao mesmo tempo em que os artigos iam sendo divulgados, o público começou a se integrar à causa.

Os primeiros recursos para estruturar a emissora foram angariados com doações dos fiéis. Enquanto o padre Lopes da Cruz atraía atenção e fundos para a nova rádio, em 1934, o cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira declarou que abençoava os esforços para dar à Portugal uma rádio ao país voltada aos católicos. O cardeal também apoiou a campanha que recolhia donativos para a criação da rádio.

Por alguns meses, a partir de junho de 1936, a Rádio Renascença fez transmissões experimentais. Em 1º de janeiro de 1937 a terceira emissora de Portugal entra no ar oficialmente, com irradiação em onda média para a região de Lisboa, e em curta para parte dos continentes europeu e africano. Começou com uma hora e 45 minutos por dia, com exceção de quinta-feira e domingo, dias em que a programação se estendia por mais tempo como a missa dominical. Ribeiro (2005, p. 107) destaca que uma das novidades introduzida pela nova rádio “foram os cursos de línguas, que obtiveram um grande sucesso, tendo sido alvo de largos elogios na imprensa na época”. Outro programa que se destacou e ganhou o gosto dos ouvintes, completa

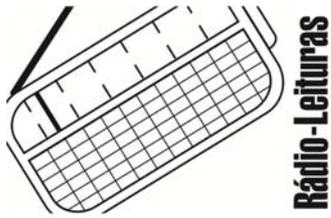


Ribeiro, foi “O Papagaio”, um espaço reservado para as crianças e que ia ao ar aos sábados e já havia sido transmitido pela Emissora Nacional.

3. Rádio Nacional do Rio de Janeiro é encampada pelo governo Vargas

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro entrou no ar em 12 de setembro de 1936. A PRE-8 pertencia à empresa *A Noite*, do empresário norte-americano Percival Farquhar, dono também da S.A. Rio Editora. Os primeiros equipamentos que utilizou eram da Rádio Philips, que havia encerrado suas atividades naquele ano. A ideia do grupo *A Noite* em investir numa rádio foi do diretor de Publicidade, Almério Ramos. A Sociedade Brasileira Rádio Nacional nasceu após a assembléia que teve aprovação dos sócios com o consenso dos demais diretores. Assim, o presidente pode adquirir uma estação de radiodifusão de 20 KW. Quatro anos depois, em 8 de março de 1940, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas, por meio da lei nº 2.073, determina a encampação do grupo onde estava inserida a emissora. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro estava entre os empreendimentos que formavam as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União - Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o jornal *A Noite*, a Rio Editora -, e passou para as mãos do governo federal por causa da dívida de 3 milhões de libras esterlinas. Ao pertencer ao patrimônio da União, a rádio ganha investimentos, continua atuando como uma empresa comercial, por meio das vendas de publicidade, e organiza uma programação atraente. Assim, consegue ultrapassar a Rádio Mayrink Veiga que liderou a audiência na década de 1930.

A nova era da Rádio Nacional do Rio de Janeiro começou sob administração do interventor Gilberto de Andrade que procurou ganhar a confiança dos funcionários e tratou de fazer investimentos na infraestrutura, comprando novos equipamentos e contratando mais pessoas para cargos em diferentes áreas. As mudanças provocaram sucesso e aumentou a audiência. A programação incluía diversos programas que ficaram conhecidos nacionalmente como “Curiosidades Musicais”, comandado por



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

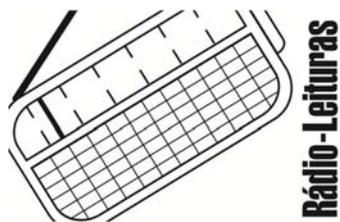
Almirante, “Um Milhão de Melodias”, e radionovelas como a famosa “Direito de Nascer”.

A emissora também irradiava música popular brasileira e clássica, radioteatro, informativos e programa de variedades, de auditório e educativos. Na Rádio Nacional do Rio de Janeiro a música sempre foi valorizada e a

conjugação de rádio e cantores fez com que a música popular se popularizasse realmente. São dessa época Mário Reis, Francisco Alves, Castro Barbosa e Carmen Miranda. Também o grupo pernambucano “Os Turunas da Mauricéia”, trazidos ao Rio de Janeiro pelo Correio da Manhã, ajudaram a difundir cada vez mais a música nacional” (HAUSSEN, 1997, p. 52).

Para Haussen, o ano de 1940 contribuiu para a música se tornar mais nacionalista e popular e ir substituindo os estilos boleros, tangos, valsas, caribenhas, italianas e francesas. A Rádio Nacional teve na equipe muitos colaboradores para cuidar da área musical. Haussen destaca que “dentro do projeto nacionalista do primeiro governo de Vargas, na questão musical, além da apologia ao trabalho, outra tônica foi o samba-exaltação, surgido em 1939 com “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso” (HAUSSEN, 1997, p. 54). Havia um desejo de afirmação da identidade nacional, no entanto, os artistas e intelectuais acabaram se dividindo em três grupos: a verde-amarela de Menotti Del Picchia, a antropofágica de Oswald de Andrade e o estético-cultural dom Mario de Andrade.

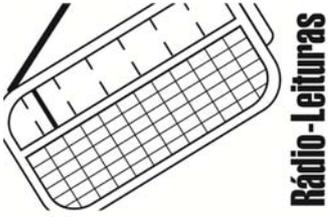
A música era considerada tão importante na Rádio Nacional do Rio de Janeiro que, em 1940, quando estava sendo comemorado o quarto ano de existência da emissora, havia na programação, enfatiza Haussen, o “Desfile dos grandes programas da PRE-8”, que “continha arranjos modernos de Ramadés, constando de antigas músicas brasileiras orquestradas com ritmos novos” (HAUSSEN, 1997, p. 55). Também estavam na programação “Valsa, divina valsa”, produzido e apresentado por Lamartine Babo na série “Vida musical e pitoresca dos compositores”; “Curiosidades Musicais”,



de Almirante; e “Ondas sonoras de 1940”, com músicas de João de Barro e Dorival Caymmi.

Outro destaque da Rádio Nacional do Rio de Janeiro ficou por conta dos estúdios para a realização dos programas de auditório e programas de calouros, que começaram em 1935. No entanto, este espaço que reunia centenas de pessoas que queriam ver seus artistas, cantores e ídolos ao vivo, ganhou força com o programa “Caixa de perguntas”, apresentado por Almirante, e que foi lançado em 5 de agosto de 1938. No programa, Almirante interagiu com o público, levando o microfone até as pessoas para que respondessem às perguntas. “O pioneirismo de Almirante inspiraria, a partir da década de 1940, uma série de outros programas de auditório”, observa Haussen. Outro programa que atraía os ouvintes para o auditório com 500 lugares foi o “Trem da Alegria”, lançado em abril de 1943, que tinha a presença da dupla Ping & Pong, no piano Amirton Valin e na bateria Uriel Azevedo, e o Trio de Osso, formado pelo maquinista Heber de Bôscoli, a foguista Yara Sales, e o guarda-freios Lamartine Babo. Vestidos em macacões e bonés azuis de ferroviários, a tripulação animava o auditório sempre nas segundas, quartas e sextas-feiras, a partir das 11 horas, descrevem Saroldi e Moreira. Havia ainda outros programas produzidos e apresentados por Paulo Gracindo, César de Alencar e Manoel Barcelos. Quando o Trio de Osso mudou-se para a Rádio Mayrink Veiga, o horário passou a ser para o programa Paulo Gracindo. César de Alencar também, depois da saída de Gracindo, animou programas de auditório nas tardes de sábado. Outro programa de auditório e humorístico foi o “Jararaca e Ratinho”, que ia ao ar nas quartas e sextas-feiras, com o patrocínio do Eucalol.

Calabre conta que os auditórios da Rádio Nacional do Rio de Janeiro ficavam super lotados e sempre, antes dos programas, os ouvintes faziam fila na véspera para comprar o ingresso. “Dormiam na calçada, amanheciam na rua: tudo era válido para ver o artista favorito de perto e concorrer aos prêmios distribuídos pelos apresentadores dos programas”, conclui Calabre (2004, p. 48).



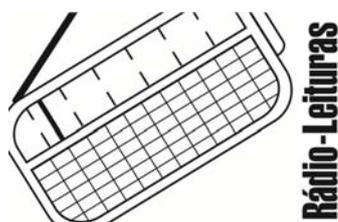
Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

Ainda em 1940, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro conseguiu atingir 40% da audiência. O sucesso era garantido pela programação diversificada. No entanto, o entretenimento transmitido pela emissora não impediu que o presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945) usasse a Rádio Nacional do Rio de Janeiro para fins políticos, principalmente porque ele sabia valorizar este novo meio de comunicação que alcançava as massas populares. Afinal, foi por meio do rádio, em 10 de novembro de 1937, que o presidente “comunicou à nação a instalação do Estado Novo e a nova Constituição” (HAUSSEN, 1997, p. 22-23). O golpe que institucionalizou o Estado Novo no Brasil e criou a nova Constituição, que não seguiu a metodologia republicana clássica, já que não foi elaborado um anteprojeto por uma comissão e depois para ser aprovado pelo Congresso Nacional. O novo documento, criado pelo jurista e antiliberal Francisco Campos, estava fundamentado na necessidade de conter a instabilidade social e a revolta de comunistas, evitando assim uma possível guerra civil. A Constituição de 1937 ficou conhecida como Polaca, nome dado pelos adversários políticos de Vargas e pelos críticos da imprensa, como referência ao líder do golpe militar na Polônia, marechal Jozef Piilsudski (1867-1935), que chegou ao poder em 1921. Alguns investigadores acreditam que a motivação para o golpe, porque causa de informações de que os comunistas estavam organizando uma tomada do poder, foi forjada.

Outro exemplo do uso deste veículo foi a criação do programa “Hora do Brasil”, em 22 de julho de 1935, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O espaço era reservado para divulgar, principalmente, as realizações do governo. A partir de 1937, a transmissão do programa passa a ser obrigatório e em rede nacional, em todos os dias úteis, entre 18h45 e 19h45.

Em 1939, mais uma ação demonstra a relação que Vargas fazia questão de ter com o rádio. Foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela radiodifusão, do cinema e do teatro, e também com a função de censurar. O DIP fiscalizava tudo o que era irradiado e incentivava a produção de programas que divulgassem as atividades do Brasil sobre diversos temas de conhecimento. Era um



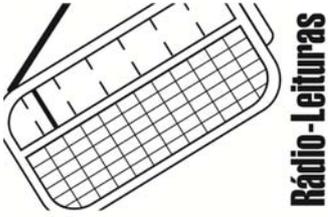
órgão com poderes ampliados e colocou em cada emissora um censor para proibir que determinadas informações chegassem à nação. Entre elas, cita Ferraretto, as reivindicações trabalhistas, notícias sobre presos políticos, mobilizações, passeatas e organizações estudantis e, principalmente, as críticas ao governo.

Vale ressaltar que a Rádio Nacional do Rio de Janeiro foi responsável pela primeira transmissão no Brasil do noticiário “Repórter Esso”, que foi irradiado às 12h55, de 28 de agosto de 1941, no “dia em que o Brasil juntou-se às forças aliadas para combater o exército alemão na Segunda Guerra Mundial” (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 77). Enquanto aconteceu a 2ª Guerra Mundial, o “Repórter Esso” divulgou as notícias a partir da perspectiva dos países aliados como Estados Unidos, França, Reino Unido, China e União Soviética.

4. Emissora Nacional é criada dentro do Estado Novo

Em Portugal, a Emissora Nacional iniciou suas transmissões experimentais em 1933, com um emissor de 20 KW. No mesmo ano em que foi criada a nova Constituição e oficializou o início do Estado Novo, tendo como chefe de governo, com amplos poderes, António de Oliveira Salazar. Assim que entrou no ar oficialmente, em 4 de agosto de 1935, a EN procurou acompanhar todos os momentos importantes do regime ditatorial. Uma das primeiras coberturas foi a da inauguração da Assembléia Nacional, em 1935, com a instalação de cinco postos de reportagem, destinados a acompanhar o cortejo do Chefe de Estado. Na locução já se sobressaíam como as vozes oficiais da emissora: de Maria de Resende, de Áurea Rodrigues e de Fernando Pessa.

A partir da sua inauguração, a nova rádio transmitia com nove horas diárias, nos horários de 12 às 14 horas e das 17 às 22 horas. A programação continha música clássica, gravada ou executadas ao vivo pelas orquestras privadas da emissora. Havia espaço, é claro, para palestras, noticiários e programas infantis. Santos lembra que quando a EN começou a operar, alguns agentes sociais da área da radiodifusão se



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

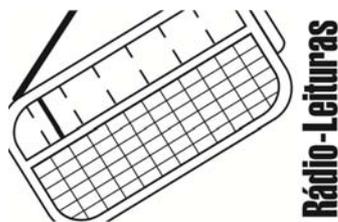
destacaram: “Luis Couto dos Santos (AGCT, Administração-Geral dos Correios e Telégrafos), Henrique Galvão (diretor da Emissora Nacional em 1935), António Ferro (director do Secretariado de Propaganda Nacional e nomeado director da Emissora Nacional em 1941) e Fernando Homem Cristo (comissário político na Emissora Nacional em 1934-1935)” (SANTOS, 2005, p. 139-140). Estes agentes sociais comprovam, explica Santos, a dependência orgânica da emissora aos Correios, de 1934 a 1939.

A fim de que a programação fosse profissional, o “ministro das Obras Públicas e Comunicações nomeou uma comissão administrativa artística e organizadora dos programas, sob a presidência de António Joyce, a 1 de Julho de 1934” (SANTOS, 2005, p. 141). No mesmo período também foram nomeados o diretor técnico, Manuel Bivar, e o responsável pela área financeira, Jorge Braga. Assim a comissão administrativa começou a organizar alguns programas regulares e a orquestra sinfônica sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco.

De acordo com Santos, no final de década de 1930, a EN tinha 85 músicos, distribuídos em cinco orquestras, configurando assim a importância que a emissora estatal dava à música erudita portuguesa. “Os programas mais populares, nos primeiros anos, foram ‘Senhor Doutor’ e ‘Meia Hora de Recreio’. Desde o início, a rádio teve um noticiário, inicialmente apresentada com formalidade e com um conteúdo similar ao que era feito nos jornais.

Mas, os informativos, explica Ribeiro, não eram considerados prioridade. Era mais importante que o conteúdo contribuisse para a formação da identidade nacional, enfatizava Galvão. A EN cuidou ainda de fazer transmissões ao vivo e incentivar as produções artísticas. Desde que foi criada, era nítido que existia uma colaboração entre a Emissora Nacional, a União Nacional e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

Em 1936, quando a revolução completava dez anos, a EN lançou os “Jogos Florais”, possibilitando que os ouvintes concorressem a prêmios participando de modalidades como o de poesia nacionalista. Neste mesmo ano, o controle político foi



fortalecido, significando que até a leitura dos noticiários deveria ter um tom sóbrio. As palestras sobre religião, literatura, história, política e arte também eram produções frequentes. As palestras políticas que ia ao ar faziam apologia ao Estado Novo.

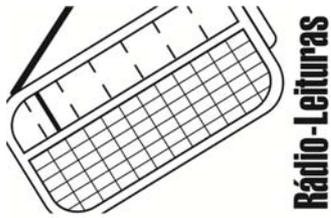
Em 1938, a transmissão ao vivo de futebol, nos domingos, e as conversas entre Fernando Pessa e Teodósio Cabral, sobre temas que ligassem as colônias à metrópole, foram algumas das principais inovações na programação da EN. Além disso, as emissões dos quatro noticiários

passaram a ser transmitidos sempre à meia hora (12h30, 18h30, 19h30 e 22h30). As palestras e outros programas falados no âmbito da informação foram organizados por temas, sendo que as críticas, actualidades e revistas de imprensa eram transmitidas sempre às 13 horas; as palestras consideradas de vulgarização às 20h30; e as palestras de fundo, essencialmente sobre política, religião e economia, às 21 horas (RIBEIRO, 2005, p. 172).

Em conjunto com uma programação que continha “música clássica, gravada ou executada ao vivo pelas orquestras privadas da emissora, e ainda com palestras, noticiários e programas infantis” (RIBEIRO, 2005, p. 121), sempre houve uma preocupação com o “pensamento político radiofónico” (RIBEIRO, 2005, p. 146), muito bem cuidadas por António Ferro, Henrique Galvão e Fernando Homem Cristo que “desempenhou o papel de comissário político da Emissora Nacional num curto espaço de tempo” (RIBEIRO, 2005, p. 146), entre final de 1934 e parte da Primavera de 1935. Foi ele, por exemplo, que escreveu:

A criação do novo serviço Político obedece ao pensamento de que, num Estado autoritário, um posto Nacional de radiodifusão deve ser um meio de cultura e um instrumento de acção política, e de que esta segunda finalidade não é menos importante que a primeira (In: SANTOS, 2005, p. 147).

Para Homem Cristo, era presumível que a EN destinasse parte da sua programação para propaganda do Estado Novo e com conteúdo ideológico. No



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

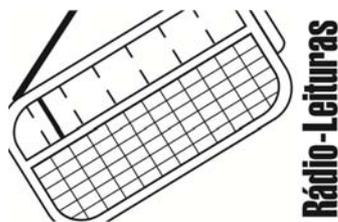
documento escrito em 19 de abril de 1935, ele salientava ainda que esta propaganda poderia ser direta e indireta e poderia estar inserida no assuntos de literatura, de cultura e de informação. Também Henrique Galvão afirmava nas entrevistas a importância da rádio para “a propaganda no estrangeiro e nas colónias ultramarinas” (RIBEIRO, 2005, p. 121), com um instrumento para divulgar a cultura, internamente no país, e para aumentar seu prestígio entre os demais países.

Segundo Ribeiro, 1940 começou com a transmissão em Ondas Médias e Ondas Curtas das palavras do Chefe de Estado, Óscar Carmona, aos portugueses sobre a comemoração dos oito séculos da nação, reforçando a necessidade da continuidade de uma história gloriosa. Já em fevereiro, “a propaganda dos Centenários foi intensificada com a transmissão de entrevistas trissemanais a personalidades designadas pelo presidente da Comissão Administrativa” (RIBEIRO, 2005, p. 193) e a inclusão de informações especiais sobre os centenários nos noticiários da emissora, sempre reforçando que Portugal estava comemorando oito séculos de história. Ribeiro enfatiza que 1940 foi caracterizado pela exaltação nacional e reforço da propaganda interna do regime, em função das dificuldades que a população estava sofrendo por causa da 2ª Guerra Mundial.

Outro acontecimento que marcou 1940, foi a declaração do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, nos microfones da EN, “em horário nobre, sobre a conversão da dívida externa” (RIBEIRO, 2005, p. 196). Esta exposição, assim como as demais crônicas e palestras, procuravam explicar como o Governo estava trabalhando para resolver os problemas financeiros e para reforçar a “ideia de que Portugal era o único oásis na Europa, por não se encontrar em guerra; não havia nada a temer, pois apesar das dificuldades, Salazar sabia escolher o melhor rumo para a nação portuguesa” (RIBEIRO, 2005, p. 197).

De acordo com Cristo (2001, p. 9),

o regime serviu-se da rádio assim como a rádio se serviu do regime como forma garantida de crescer e se expandir. Maioritariamente oficial e/ou oficiosa, a rádio portuguesa, constituída pelas ondas



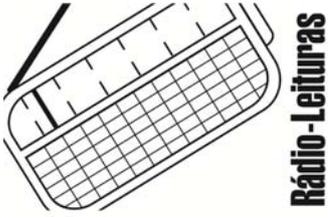
hertezianas de aquém e de além mar, nascida e criada no contexto do Salazarismo, estava também inserida nos condicionalismos sócio-político e económicos do regime.

Cristo ainda salienta que no período do Estado Novo, as rádios privadas Renascença e Clube Português concorreram entre si e também concorreram com a emissora oficial do governo, a Emissora Nacional. O rádio em Portugal também foi controlado por meio da censura e de exames prévios dos textos que seriam transmitidos. Cordeiro também faz menção a este momento onde o regime político era autoritário e mantinha um “serviço de censura prévia às publicações periódicas, emissões de rádio e de televisão de publicações não periódicas nacionais e estrangeiras, velando permanentemente pela pureza doutrinária das ideias expostas e pela defesa da moral e dos bons costumes” (CORDEIRO, s/d, p. 2). Entre o rádio e o poder político havia uma relação de “manipulação da opinião pública em defesa dos valores proclamados pelo Estado Novo” (CORDEIRO, s/d, p. 2).

E foi por causa do monopólio da comunicação que o poder de Salazar se consolidou durante 40 anos. Todos veículos de comunicação que se posicionavam contra o regime eram proibidos. Segundo Cordeiro, a rádio serviu como um “aparelho técnico e discursivo ao serviço dos interesses de poder, e um instrumento para a legitimação da ditadura” (CORDEIRO, s/d, p. 2). Cabia ao Estado distribuir as frequências às emissoras, o que lhe dava segurança e maior controle. Por isso, a programação mantinha no ar, principalmente, programas de entretenimento a fim de distrair os portugueses dos verdadeiros problemas que afetavam a nação.

Considerações Finais

Tanto no Brasil, sob a presidência de Getúlio Vargas, como em Portugal, sob o controle do chefe de Estado, António de Oliveira Salazar, a rádio foi utilizada com fins políticos para propagandear obras e realizações, e divulgar a ideologia política que



Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

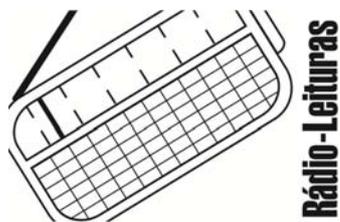
Izani Mustafá

permeava os governos entre os anos de 1935 e 1940. Na Rádio Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), criada em 1936, mas que deixou de ser privada e passou para o controle do governo federal em troca de uma dívida em 1940, e na Emissora Nacional (Portugal), fundada oficialmente em 1935 pelo regime ditatorial de Salazar, o conteúdo dos noticiários e de boa parte dos programas estava em sintonia com os interesses do regime.

Em 1940, sob a administração do novo interventor Gilberto de Andrade, a Rádio Nacional se modernizou, contratou mais funcionários e alterou e diversificou a programação, conquistando assim o primeiro lugar da audiência. Vários programas, como “Curiosidades Musicais”, comandado por Almirante, “Um Milhão de Melodias”, e algumas radionovelas, entre elas, a famosa “Direito de Nascer”, se tornaram conhecidos e fizeram sucesso em todo o país, já que as emissões em Ondas Curtas tinham um grande alcance no território nacional. Além disto, dentro da emissora havia ainda o desejo nacionalista que transparecia na seleção e transmissão de músicas fazendo apologia ao trabalho e presentes nos sambas de exaltação.

A Rádio Nacional ofertava entretenimento e ótimos programas, mas também foi usada para fins políticos. Vargas reconhecia o valor deste novo veículo de comunicação que proporcionava alcance às massas populares. Nas datas comemorativas, como o Dia do Trabalho, em 1º de maio, ou da Independência do Brasil, em 7 de setembro, por exemplo, era comum que a emissora transmitisse discursos de Vargas, dirigidos aos brasileiros. Outro exemplo do uso do rádio foi a criação do “Hora do Brasil”, em 22 de julho de 1935, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O programa divulgava as realizações do governo. Depois de 1937, a transmissão tornou-se obrigatório e em rede nacional.

E foi por meio do rádio que, em 10 de novembro de 1937, o presidente comunicou à nação que estava instalado o Estado Novo e que entrava em vigor a nova Constituição. Dois anos depois, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela radiodifusão, do cinema e do teatro, e que também passou a ter a função de censurar e controlar as informações e conteúdos.



Em Portugal também se verificou a utilização da Emissora Nacional para os interesses políticos do Estado Novo. Mesmo tendo uma programação repleta de música clássica, gravada ou executadas ao vivo pelas orquestras privadas da rádio, a grade de programação, em 1936, continha noticiários, cuja leitura deveria ser em tom sóbrio, e passou a transmitir palestras com cunho político que faziam apologia ao Estado Novo e abordavam temas como religião, literatura, história e arte.

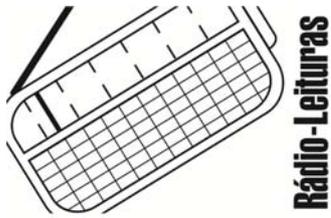
Também, logo que começaram as irradiações, a rádio praticamente acompanhou vários momentos importante do regime, sendo que uma das primeiras coberturas foi a da inauguração da Assembléia Nacional, em 1935.

A relação de colaboração entre a Emissora Nacional, a União Nacional e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) foi permanente. Tanto que, além das transmissões ao vivo, a EN incentivava as produções artísticas, cujo objetivo era despertar e criar uma identidade nacional entre os portugueses. Um exemplo que comprova esta afirmação é que quando a Revolução de 28 de Maio completava dez anos, em 1936, a EN lançou os “Jogos Florais”. O programa possibilitou que os ouvintes concorressem a prêmios em modalidades como o de poesia nacionalista.

Os três primeiros e destacados diretores da Emissora Nacional, como António Ferro, Henrique Galvão e Fernando Homem Cristo, sempre deixaram claro, em discursos e entrevistas, que a Emissora Nacional possuía sim conteúdos ideológicos, levados ao ar direta ou indiretamente ao ouvinte, e também era um canal de propaganda para os países do exterior e para as colônias ultramarinas.

Raras vezes, Salazar falou aos portugueses pela Emissora Nacional. Um dos momentos mais marcantes foi registrado em 1940, em horário nobre, quando o Ministro das Finanças fez uma exposição a respeito da conversão da dívida externa. Em outras ocasiões, como durante a 2ª Guerra Mundial, Salazar fez uma palestra sobre o fato de Portugal ter se mantido neutra no conflito.

Portanto, os governantes do Estado Novo, no Brasil (1937-1945) e em Portugal (1933-1974), analisados neste artigo na delimitação cronológica de 1935 a 1940,



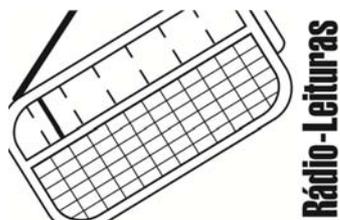
Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940

Izani Mustafá

usaram politicamente e respectivamente a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Emissora Nacional.

Referências bibliográficas

- CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Editora Cortez, 1982.
- CORDEIRO, Paula. A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. www.bocc.ubi.pt
- CRISTO, Dina (2005). A rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência. In: Para a história da Rádio em Portugal. **Revista Observatório da Comunicação** – Número 4 – Novembro 2001. pp. 9-32
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política** – tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- MAIA, Matos. **Telefonia**. Lisboa: Circulo de leitores, 1995.
- MIGUEL, Aura. **Rádio Renascença: os trabalhos e os dias (1933-1948)**. Universidade Católica Portuguesa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985
- RIBEIRO, Nelson. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo**. Lisboa: Quimera Editores, 2005.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Volume I e II. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.
- SANTOS, Rogério. **As vozes do Rádio (1924-1939)**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



Abstract

Entitled "Estado Novo: the political use of radio in Brazil and Portugal in the years 1935 to 1940", the article aims to report the period in which the two major broadcasters, Radio Nacional Rio de Janeiro (Brazil) and Radio Nacional (Portugal) were consolidated with their programming, and, at the same time under the control of dictatorial governments, respectively, of Getúlio Vargas (1930-1945) and Antonio de Oliveira Salazar (1932-1968). To better understand the political use of the radio that, this time, was at its peak and is considered one of the most important media, we must describe how they came about and how the two stations was their programming within, especially, its political and social context.

Keywords: Radio; Getúlio Vargas; António de Oliveira Salazar; Rádio Nacional do Rio de Janeiro; Emissora Nacional

Resumen

Bajo el título "Estado Novo: el uso político de la radio en Brasil y Portugal en los años 1935 a 1940", el artículo tiene como objetivo informar sobre el periodo en el que las dos principales cadenas, Radio Nacional de Río de Janeiro (Brasil) y Radio Nacional (Portugal) se han consolidado con sus horarios, y al tiempo, bajo el control de los gobiernos dictatoriales, respectivamente, de Getúlio Vargas (1930-1945) y Antonio de Oliveira Salazar (1932-1968). Para entender mejor el uso político de la radio, esta vez, estaba en su apogeo y es considerado uno de los vehículos de comunicación más importantes, debe describir cómo surgieron y cómo las dos estaciones era su programación dentro de, sobre todo, su contexto político y social.

Palabras clave: Radio; Getúlio Vargas; António de Oliveira Salazar; Rádio Nacional do Rio de Janeiro; Emissora Nacional